

DESAFIOS DA FORMAÇÃO DOCENTE: IMPORTÂNCIA DA DIDÁTICA E DA PESQUISA

Luciana Meira dos Santos Nunes

Comunicação oral

GT: Didática, Práticas de Ensino e Estágio

RESUMO

A educação brasileira sempre apresentou diferenças gritantes entre o sistema público e o particular, essas diferenças mostram-se presentes desde a educação infantil até o ensino superior. E uma das principais dificuldades que a educação tem como desafio é a formação do professor nas faculdades, pois são esses professores, os quais muitas vezes não são preparados pedagogicamente como deveriam, que atuam na educação básica. São inúmeros os fatores que influenciam a má formação docente, e um desses fatores por exemplo, tem sido a rápida expansão do ensino superior no Brasil. Essa expansão traz como fator negativo a rapidez dos cursos oferecidos, com cargas horárias reduzidas, geralmente com duração de 3 anos, principalmente nos cursos de licenciatura, a falta de incentivo à pesquisa, a falta de associação entre as teorias e a prática profissional e a busca por lucro por parte dos donos das faculdades e não pelo crescimento da qualidade no ensino. O trabalho aqui apresentado, traz reflexões teóricas sobre temas essenciais para formação docente, como qualificação profissional, qualidade dos cursos de licenciatura, formação pedagógica, papel social do professor com postura ética e política, didática como a arte de ensinar e a importância do incentivo à pesquisa, para associar teoria com prática educativa. É proposto também a reflexão sobre as relações humanas que permeiam o processo da formação docente, tendo em vista que o professor desempenha uma função técnica, contudo seu lado humano, sua forma de tratar os alunos irá contribuir para o sucesso ou não do aprendizado, portanto didática além de englobar as técnicas de ensinar, também envolve o despertar de sentimentos positivos ou negativos nos alunos, dependendo da forma do professor se expressar.

PALAVRAS – CHAVES: educação, formação docente, licenciaturas, didática, pesquisa.

JUSTIFICATIVA

O processo de formação acadêmica dos profissionais da educação não tem contribuído de forma plena e satisfatória para melhoria da qualidade do ensino básico no país. Nas faculdades, os futuros professores adquirem de forma pacífica, muitas informações teóricas, fazendo com que no futuro, esses professores atuem de forma tradicional, sem dinamismo, sem incentivo à pesquisa, e sem motivar os alunos a estudarem e a valorizarem a busca pelo conhecimento científico.

Hoje, um dos fatores que contribuem para baixa qualidade no Ensino Superior tem sido a rápida expansão das faculdades, principalmente as particulares. Essa expansão tem sido motivada pela busca do crescimento econômico, do lucro, e não pela busca na qualidade do ensino ofertado, principalmente nos cursos de licenciatura.

Diante dos problemas apresentados, a realização desta pesquisa teve por objetivos analisar como a licenciatura se configura na qualificação e na formação profissional dos docentes e também compreender os aspectos referentes a didática, e a importância da pesquisa para formação do professor.

O tema da pesquisa se justifica pela atualidade do assunto, no que se refere ao rápido crescimento das vagas oferecidas no ensino superior, pelas várias faculdades particulares, a partir da década de 90. E conseqüentemente a queda na qualidade do ensino oferecido, questionando-se a capacitação oferecida aos profissionais que serão formados e iram atuar na área educacional.

O trabalho realizado teve como metodologia a pesquisa bibliográfica em livros e artigos sobre a formação docente e a expansão dos cursos superiores, e em sites do MEC e do INEP, onde se verifica as informações referentes aos dados do crescimento das faculdades no Brasil.

DOCÊNCIA: UM MOMENTO REFLEXIVO

O futuro educador precisa compreender o real sentido e a importância do ato de educar. Segundo Tavares (2007), para que uma população se desenvolva com ética, equidade, igualdade e respeito faz-se necessário um grande investimento na educação, não na educação bancária, onde se faz do aluno um depósito de informações de pouca relevância para o seu crescimento. A educação tem que ter sua origem do educare (latim) que significa extrair, tirar, desenvolver, ou seja, extrair a essência boa do ser humano, e tirar as vicissitudes que o levam

a cair e desenvolver um homem de personalidade, de caráter, de justiça e de amor, desenvolvendo nele toda a perfeição que lhe é peculiar.

A educação para Tavares (2007), é marcada por grandes desníveis. Ela deve ser trabalhada embasada no ambiente social na qual se encontra inserida, caso contrário, ficará cada vez mais diminuta a criação e inovação tanto dos professores quanto dos alunos. A sociedade contemporânea necessita de seres ativos. A educação não deve aprisionar e tampouco deixar dependente, ela deve libertar o cidadão. Educar é desenvolver no aluno um espírito criador, que consegue enxergar no ambiente social maneiras de intervir conscientemente na realidade, e não formar um ser manipulável e completamente alheio a realidade.

A formação de um cidadão humanizado ocorre desde a Educação Básica até o Ensino Superior, e aqui iremos nos ater ao professor universitário, que forma os futuros profissionais de todas as áreas do conhecimento. A formação acadêmica é associada a formação do ser humano como pessoa capaz de pensar por si próprio e não apenas memorizar e repetir mecanicamente o que aprendeu na escola e na faculdade, cabe então aos professores em geral levar os alunos a descobrirem meios de buscar o conhecimento e associá-lo com a vida prática.

Educação: Triunfo Indispensável à Humanidade

A educação vem sendo motivo de inquietação das pessoas desde a antiga Grécia, pois os gregos tinham uma preocupação quanto à educação dos jovens, visto que esses seriam os futuros governantes. Ela deve ser a chave mestra para o desenvolvimento geral de um indivíduo, e de uma nação. Esse desenvolvimento o preparará para formular seus juízos de valor decidindo por si mesmo em uma ação em diferentes circunstâncias que a vida impõe. Nessa parte se justifica a filosofia.

O educador universitário precisará ser o motivador, o incentivador, o animador, o instigador e o facilitador do aprendizado do aluno (tanto no aspecto cognitivo como nos aspectos afetivo-emocional e interpessoal) e não o detentor único e exclusivo da informação e conhecimento. Precisar também estar sempre se fazendo, num contínuo reorganizar, reconstruir e transformar, propiciando um relacionamento igual entre os envolvidos no processo de aprendizagem, fazendo de seu educando um ser crítico. (TAVARES 2007).

Para Tavares (2007) educar pode ter vários significados, e um deles pode ser salvaguardar e explorar o potencial de cada indivíduo. O ato de educar deve ter como base

algumas aprendizagens fundamentais que ao longo da vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento, fazendo assim, com que o mesmo busque cada vez mais sua emancipação e humanize-se continuamente em sua vida. Segundo Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” e é nisso que os professores têm errado. Eles não conseguem pensar em uma maneira de ensinar o que se deve, aproveitando o conhecimento que seus alunos têm, visto que para isso, faz-se necessário saber pensar, intervindo na realidade de cada aluno.

Cabe aqui ressaltar que segundo Demo (2000), “saber pensar não é só pensar. É também e sobretudo saber intervir. Teoria e prática, e vice-versa”. O conhecimento é questionado, é subjetivo e construído pelo próprio indivíduo, através de seu conhecimento popular. Cabe ao professor trabalhar uma neodiretividade emancipadora em seus alunos, inserindo-os em uma educação na qual os mesmos fujam a uma cidadania tutelada e assistida, tão alertada por Demo, onde a primeira faz dos alunos pessoas submissas e ignorantes e a segunda, faz com que os alunos aceitem apenas a assistência necessária, e tem com ideal viver sem assistência.

Através de uma educação aprendente, o aluno conquistará uma cidadania emancipada, aquela que o fará saber o que quer, por que quer e como quer, o fará crítico, ativo e humanizado. E esses comportamentos são o que falta para os profissionais de diversas áreas que atuam somente com base em informação técnica e acadêmica, sem explorar o lado humano necessário a qualquer profissão, tendo em vista, que por mais técnica que seja, todas profissões foram criadas para benefício do homem e da sociedade em geral.

Segundo Freire (1996), “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” e é nisso que os professores têm errado. Eles não conseguem pensar em uma maneira de ensinar o que se deve, aproveitando o conhecimento que seus alunos têm, visto que para isso, faz-se necessário saber pensar, intervindo na realidade de cada aluno.

Ao seguir os princípios de uma educação aprendente, os professores farão com que seus alunos conquistem uma cidadania, fazendo com que os mesmos transformem a sociedade onde estão inseridos, em uma sociedade excluída da alienação indo contra a um poder intelectual elitizante. (TAVARES 2007).

A educação deve ser uma educação crítica tanto para o aluno quanto para o professor, pois, como ele poderá pleitear transformar seu aluno em cidadão crítico se o próprio profissional da educação acata erros sem sequer questionar ou tentar modificar?

Aranha (1996), destaca três aspectos importantes na formação do professor:

Qualificação: o professor deve adquirir os conhecimentos científicos indispensáveis para o ensino de um conteúdo específico;

Formação pedagógica: a atividade de ensinar deve superar os níveis de senso comum, tornando-se uma atividade sistematizada, conduzida com planejamento e organização;

Formação ética e política: o professor deve educar a partir de valores e tendo em vista um mundo melhor.

Assim, percebe-se que ser professor, não é somente ensinar conteúdos programáticos, mas sim ter conhecimentos de várias técnicas para formar pessoas com conhecimentos e habilidades para atender a sociedade de forma abrangente. O professor é um ser político, que tem o poder para ampliar o nível intelectual e social das pessoas, basta que ele saiba integrar na sua prática docente os vários conhecimentos que o formaram.

Para Libâneo (1994), a grande parte dos profissionais da educação esquecem de fazer a mediação entre o aluno e a sociedade, entre a condição social de onde ele se enquadra com sua destinação social na sociedade provendo condições e meios para que ocorra o aprendizado. O professor deve incentivar o aluno a crescer intelectualmente, economicamente e socialmente, mostrando sempre a importância e o valor da educação para ascensão social.

Como minimizar a ignorância de um povo? Partindo-se para pesquisa, termo utilizado por Freire (1996), conseguirei fazer algumas mudanças no modo de pensar, agir e auxiliar na construção do conhecimento do aluno. Segundo o autor, “não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, pois “pesquise para constatar, constatando, intervenho, intervindo me educo e educo. Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço”. Uma vez que não há ensino sem pesquisa, e o que faz um país desenvolver em sua educação, são pesquisas, pesquisas essas de grande relevância para o contexto social de onde as escolas se encontram inseridas.

Faz-se necessário frutificar o potencial dos alunos, fazendo com que eles desenvolvam a capacidade de se comunicar, de trabalhar com outras pessoas, de gerir e de resolver conflitos que aparecerão no dia a dia, de respeitar culturas diferentes e pessoas com pensamentos adversos, de serem autônomos e críticos e para formular os seus próprios juízos de valor, de modo a poder decidir, por si mesmo, como agir nas diferentes circunstâncias da vida, indo contra a pedagogia dos dominantes no qual a educação existe como prática de dominação.

DIDÁTICA: A ARTE DE ENSINAR

A didática apresenta significativa e indispensável arte na ação de ensinar. Para Piletti (1989), a didática tem o objetivo específico à técnica do ensino e para Comênio (1666), a didática é a arte de ensinar tudo a todos. Independente da definição, o professor deve ter uma boa didática para que seu aluno consiga aprender o que é necessário para o seu crescimento como cidadão.

Para Libâneo (1992), cabe à didática “converter objetivos sócio-políticos e pedagógicos em objetivos de ensino, selecionar conteúdos e métodos em função desses objetivos, estabelecer os vínculos entre o ensino e a aprendizagem, tendo em vista o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos”. O autor vai além ao dizer que a didática é o elo entre “o que” e “como” ensinar, no processo pedagógico escolar. Ela será a mediação entre a prática docente e as bases teórico-científicas da educação escolar.

A didática está intrínseca em várias áreas do conhecimento que pesquisam o desenvolvimento humano: Filosofia, Sociologia, Psicologia, Antropologia, História, Política, Teorias da Comunicação, entre outras. Através desses conhecimentos, ela vai pensar e refletir sobre questões voltadas para a instituição escolar e para a sala de aula. Alguns exemplos destas questões:

- Como o aluno aprende?
- Como o professor pode mediar a aprendizagem do aluno?
- Como motivar os alunos para a aprendizagem?
- Como organizar o currículo de uma instituição de ensino?
- Qual a influência dos governos e da sociedade sobre a educação?

Para Tavares (2007), é ressaltado que a Didática foca na aplicação do conhecimento que produz para a solução de problemas e questões que surgem no dia a dia escolar e no contexto de sala de aula. Ela trabalha com três dimensões do processo de aprendizagem:

- a) HUMANA: Para que exista um bom processo de ensino e aprendizagem, faz-se necessário que se realize um relacionamento interpessoal, tanto entre professor x aluno e vice-versa, e também aluno x aluno. Essa interação criará uma afetividade entre os envolvidos nesse processo de aprendizagem. Esse vínculo afetivo que se cria entre professores e alunos, muitas vezes acabam sendo os responsáveis tanto

pelo sucesso do aluno quanto pelo seu fracasso em relação a sua aprendizagem. Como exemplo podemos lembrar as matérias que aprendemos a gostar por simpatizar com o professor, ou a odiar uma matéria por também não gostarmos do professor.

- b) **POLÍTICO – SOCIAL:** Os professores devem estar inseridos na sociedade, contribuindo assim de maneira positiva para o seu progresso e desenvolvimento.
- c) **TÉCNICA:** Aborda aspectos como definição de objetivos, seleção de conteúdos, técnicas e recursos de ensino, organização do processo de avaliação, planejamento de curso e de aulas.

A FORMAÇÃO DOCENTE E O ENSINO SUPERIOR

A formação de professores constitui uma questão central no contexto mais amplo da educação brasileira. Não sem razão, vem sendo objeto das atuais reformas educacionais e contemplada no âmbito dos debates acadêmicos e das entidades científicas e profissionais, impondo um aprofundamento da reflexão acerca da natureza e dos objetivos dos cursos de formação desses profissionais. (PONTUSCHKA, 2009).

Apesar da relevância da profissão, considerada estratégica pelo fato de condicionar decisivamente as oportunidades de desenvolvimento da sociedade e da economia, os cursos de formação docente têm historicamente demonstrado sua falta de êxito, reforçando o estereótipo segundo o qual se trata de cursos fracos. Os professores, via de regra, são vistos como profissionais despreparados, sem capacidade de gerir com autonomia os próprios saberes.

No Brasil, o estabelecimento de um sistema de formação do professor secundário remonta à década de 30 do século XX, quando houve forte expansão da escolaridade em todos os níveis. O modelo clássico de formação desse profissional, que perdura até hoje, caracteriza-se por uma organização curricular que prevê dois conjuntos de estudos, congregando, de um lado, as disciplinas técnico-científicas e, de outro, as disciplinas didático – psico – pedagógicas. Esse formato tradicional ficou conhecido como “modelo 3+1”, ou seja, três anos de bacharelado mais um ano de formação pedagógica, que muitos consideram como licenciatura, acrescida do estágio supervisionado. Hoje, na maioria das faculdades particulares, os cursos de licenciatura foram reduzidos ainda mais, tendo uma duração de apenas 3 anos. Enquanto os demais cursos geralmente duram de 4 a 5 anos. Isto já revela a falta de importância que se dá a formação profissional do educador.

Durante muitos anos, a formação docente no país representou uma posição secundária na ordem das prioridades educacionais, caracterizando um processo de desvalorização da profissão marcada pela consolidação de tutela político-estatal sobre o professorado.

A prática profissional dos professores expressa-se, muitas vezes, de forma ordenada e racionalizada pelas instâncias técnicas e administrativas dos sistemas de ensino, situação em que o professor dispõe de pouca autonomia diante das decisões sobre o que ensinar, como ensinar e como avaliar o que se ensina e o que se aprende.

Enquanto a educação básica, no cenário nacional, é oferecida principalmente pelo setor público, a formação docente é realizada majoritariamente pelo setor privado de ensino superior. Grande parte dos professores que ministram aulas no ensino básico são formados em cursos de licenciatura nas instituições privadas. É fato reconhecido a baixa qualidade desses cursos, tendo em vista que, na maioria dessas instituições, a organização curricular seguiu, durante anos, o modelo das “pequenas” licenciaturas.

Por outro lado, na universidade pública, bacharelado e licenciatura têm-se constituído, no decurso da história, como cursos separados, com pouca ou nenhuma relação entre si. Nesse caso, a licenciatura aparece numa situação de inferioridade, ou seja, o curso técnico-científico ganha maior importância, enquanto a licenciatura caracteriza-se como um curso completamente secundário.

De acordo com Pontuschka (2009) o processo de expansão do ensino superior no Brasil deu-se pela via da privatização, com o predomínio de instituições isoladas, contrariando a Lei da Reforma do Ensino Superior 5.540/68. A referida lei instituía que o ensino superior deveria ser organizado sob a forma de universidade. Essas instituições privadas, constituídas, principalmente, como Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, multiplicaram-se no fim dos anos 60 e início dos anos 70, no bojo do forte impulso expansionista do ensino superior brasileiro, caracterizando-se como locus institucional da formação de professores para a escola básica. Tal expansão acentuou-se com o estabelecimento do modelo das licenciaturas curtas polivalentes, em todas as áreas, a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases 5.692/71.

Pimenta (2002) afirma que tanto em nível nacional como internacional, há um movimento de valorização da formação e da profissão docente, o qual se configura como uma reação a um modelo formacional que concebe o professor como um transmissor de conhecimentos, um aplicador de regras derivadas do conhecimento científico e uma categoria subprofissional no mercado ocupacional. As novas abordagens centram-se na concepção da formação como um processo permanente, marcado pelo desenvolvimento da capacidade

reflexiva, crítica e criativa, conferindo ao professor autonomia na profissão e elevando seu estatuto profissional.

Para Pimenta (2002) os novos paradigmas de formação docente partem do reconhecimento da especificidade dessa formação e da necessidade da revisão dos saberes constitutivos da docência, na perspectiva da emancipação profissional. Cabe afirmar, todavia, que o momento atual é de transição, marcado pela crise do modelo anterior e pela incerteza quanto aos novos paradigmas de formação docente. Para propor as mudanças necessárias e levá-las a efeito, é necessário conhecer a realidade que deve ser objeto de transformação, ou seja, os cursos de licenciatura, além dos meios e sua utilização. Portanto, não se trata apenas de produzir uma teoria sobre a formação de professores, mas de criar as condições e produzir referenciais concretos para, efetivamente colocá-las em prática mediante as mudanças operadas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 apontou inovações no âmbito da formação do profissional docente, criando novo ambiente institucional para esse fim, o instituto superior de educação, além de prever que a formação de professores para todas as etapas da educação básica se realize, prioritariamente, em nível superior. Ao mesmo tempo, foram definidos novos Paradigmas Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino básico e elaboradas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para todos os cursos superiores de graduação.

Do ponto de vista das DCN para os cursos superiores de graduação, percebe-se uma mudança significativa nos referenciais necessários à organização curricular desses cursos. Em lugar de uma listagem de disciplinas obrigatórias concebidas como mínima curriculares e com as respectivas cargas-horárias, lógica que presidiu, durante muitos anos, as políticas de estabelecimento do currículo dos cursos superiores, o novo modelo orienta para o estabelecimento de linhas gerais capazes de definir um conjunto de competências e habilidades que deverão compor o perfil do profissional a ser formado.

Segundo esse modelo, o elemento estruturante dos cursos passa a ser o projeto pedagógico, que deve ser elaborado pelas instituições formadoras de acordo com as competências e habilidades definidas pelas DCN para todas as áreas do conhecimento. São as competências e habilidades que orientam a seleção e o ordenamento dos conteúdos das diferentes áreas, os quais deverão ser contemplados nos projetos pedagógicos das instituições. Além disso, o projeto pedagógico deve prever atividades acadêmicas complementares, o formato dos estágios e as formas de avaliação. (PIMENTA, 2004).

Pimenta (2004) explica que o processo de elaboração das DCN para os cursos de graduação consolidou o direcionamento da formação para três categorias de carreiras: bacharelado acadêmico, bacharelado profissional e licenciatura. Nesse sentido, a licenciatura ganhou terminalidade e integralidade própria em relação ao bacharelado, constituindo, portanto, um projeto específico, com um currículo próprio que não se deve confundir com o bacharelado ou com o modelo antigo que ficou caracterizado como “modelo 3+1”.

Segundo as DCN para a formação de professores para a escola básica em cursos de licenciatura em nível superior de graduação plena, são três os princípios norteadores dessa formação: *a competência como concepção nuclear na orientação do curso*, ou seja, que o profissional, além de ter conhecimentos sobre seu trabalho, saiba também mobilizá-los, transformando-os em ação; *a coerência entre formação e exercício profissional*, ou seja, que haja coerência entre a formação oferecida e a prática esperada do futuro professor; e *a pesquisa* como elemento essencial na formação docente.

A PESQUISA NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

Há algum tempo se discute a necessidade de incorporar a pesquisa e os processos de investigação nos cursos de formação docente. Razoável bibliografia tem apoiado a pesquisa como princípio cognitivo e formativo de professores para a escola básica, demonstrando não serem poucos os defensores da relação entre a formação docente e a pesquisa.

Os novos referenciais de formação desse profissional, particularmente as Diretrizes Curriculares Nacionais, do Ministério da Educação, indicam que um dos problemas a serem enfrentados nos cursos de licenciatura se refere ao tratamento dispensado à pesquisa. Com efeito, uma visão excessivamente acadêmica sobre essa atividade tem impedido concebê-la como dimensão privilegiada da relação entre teoria e prática, sendo, portanto, necessário redimensionar seu papel na formação de professores. A idéia é ressaltar a importância da pesquisa na construção de uma atitude cotidiana de compreensão dos processos de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos e de busca de autonomia na interpretação da realidade. (PIMENTA, 2002).

A relevância da pesquisa nos cursos de formação docente e na prática pedagógica vem sendo associada à concepção de professores reflexivos e críticos, estabelecendo uma relação intrínseca entre a prática reflexiva e a prática por ela orientada. Assim, a pesquisa pode ser considerada um processo aglutinador de reflexão e crítica, uma facilitadora da prática crítico – reflexiva, embora não seja necessariamente um desdobramento natural de qualquer prática

reflexiva (LUDKE, 2001). Vale ressaltar, que a pesquisa como meio de contribuir para formação do professor, deve contemplar a parte teórica (pesquisa bibliográfica) e a parte prática (pesquisa de campo), os futuros profissionais devem ter contato direto com o ambiente escolar e com os profissionais que já atuam na área. Isso porque muitas pesquisas desenvolvidas por futuros educadores, se desenvolvem apenas na parte teórica.

Se considerarmos a docência como atividade intelectual e prática, revela-se necessário ao professor ter cada vez maior intimidade com o processo investigativo, uma vez que os conteúdos, com os quais ele trabalha, são construções teóricas fundamentadas na pesquisa científica. Assim, sua prática pedagógica requer de si reflexão, crítica e constante criação e recriação do conhecimento e das metodologias de ensino, o que pressupõe uma atividade de investigação permanente que necessita ser aprendida e valorizada. Nesse sentido, é importante que os professores, em seu processo formativo, sobretudo inicial, pesquisem como são produzidos os conhecimentos por eles ensinados.

Segundo os novos referenciais oficiais (DCN) de formação docente, cabe ao professor da escola básica desenvolver nos alunos uma atitude investigativa, situação em que a pesquisa venha a constituir, ao mesmo tempo, instrumento de ensino e conteúdo da aprendizagem. Ocorre que, para o professor poder cumprir esse objetivo, é imprescindível que ele mesmo tenha aprendido e seja capaz de dominar a habilidade de produzir pesquisa.

A perspectiva de trabalhar de forma investigativa pressupõe uma mudança de atitude perante o conhecimento. Significa ultrapassar a visão da prática pedagógica como simples transmissão de um conhecimento pronto e acabado que os alunos não possuem e implica outra concepção de educação, de acordo com a qual o conhecimento é visto à luz de seu processo de produção e apropriação, como produto social de contextos históricos determinados revelando-se, portanto, algo provisório, em permanente processo de construção e reconstrução.

Considerando que investigar é pesquisar e que a pesquisa deve envolver o aprender a pensar, a citação a seguir mostra-se bastante oportuna:

Sabe-se que são consideráveis as deficiências do professorado em relação ao aprender a pensar, de modo que eles próprios necessitam dominar estratégias de pensar e de pensar sobre o próprio pensar(...) parece claro que às inovações introduzidas no ensino das crianças e jovens correspondam mudanças na formação inicial e continuada de professores. Todavia, tanto em relação à formação das crianças e jovens quanto à formação de professores, importa não apenas buscar os meios pedagógico-didáticos de melhorar e potencializar a aprendizagem pelas competências do pensar, mas também de ganhar elementos conceituais para a apropriação crítica da realidade. É preciso associar o movimento do ensino do pensar aos processos da reflexão dialética de cunho crítico, a crítica como forma lógico-epistemológica. Pensar é mais do que explicar, e para isso as escolas e as instituições formadoras de professores precisam formar sujeitos pensantes, capazes

de um pensar epistêmico, ou seja, sujeitos que desenvolvam capacidades básicas de pensamento, elementos conceituais, que lhes permitam, mais do que saber coisas, mais do que receber uma informação, colocar-se ante a realidade, apropriar-se do momento histórico para pensar historicamente essa realidade e reagir a ela (ZEMELMAN, 1994, apud Libâneo, 1998).

Assim, além de dominar conteúdos, é importante que o professor desenvolva a capacidade de utilizá-los como instrumentos para desvendar e compreender a realidade do mundo, dando sentido e significado à aprendizagem. À medida que os conteúdos deixam de ser fins em si mesmos e passam a ser meios para a interação com a realidade, fornecem ao aluno os instrumentos para que possa construir uma visão articulada, organizada e crítica do mundo.

É comum ouvir que os alunos chegam ao ensino superior apresentando um nível baixo de conhecimento e com inúmeras dificuldades, entre as quais a falta de domínio da língua para, por exemplo, analisar, interpretar e redigir textos. Nos cursos de licenciatura, configurados historicamente como de menor prestígio, tidos por fracos e constituindo, muitas vezes, a última opção dos interessados no leque de cursos oferecidos, sobretudo em instituições privadas, o despreparo dos alunos é, em geral, o maior desafio que os professores universitários enfrentam. Mas tal desafio deve ser superado incentivando os alunos a lerem mais e a treinarem constantemente a escrita, se possível, fazendo cursos a parte da graduação.

Para Demo (1992), mais importante do que as aulas e a transmissão de conteúdos, na busca de cobrir extensões infundáveis de matéria, é abrir espaço para que o aluno trabalhe com temas de pesquisa, a fim de exercitar a capacidade de dar conta de temas com aprofundamento intensivo, os quais lhe permitam desenvolver a capacidade de elaboração própria. A avaliação giraria em torno da produção própria, e não consistiria em provas calcadas nos conteúdos desenvolvidos em aulas.

Ensinar a pesquisar requer criar situações e condições didáticas que estimulem a curiosidade e a criatividade. Muitos alunos dos cursos de licenciatura são oriundos de escolas do ensino básico pautadas na memorização e na reprodução de um conhecimento pouco crítico em classes de turmas numerosas, nas quais a reflexão e a criatividade são muito pouco estimuladas. Nesse sentido, a pesquisa pode e deve constituir oportunidade para o desenvolvimento de capacidade criativa e crítica.

Para Pontuschka (2009), a ida à biblioteca e o manuseio do produto do conhecimento científico podem significar, para os alunos, uma experiência inédita, dado que muitos chegam ao ensino superior sem nunca terem frequentado uma biblioteca ou laboratório. Consultar banco de dados, teses, dissertações e monografias é de fundamental importância para terem

acesso ao conhecimento produzido pela investigação acadêmica, apropriarem-se dele e desenvolverem a capacidade de analisá-lo criticamente. Além disso, é essencial os alunos defrontarem-se com as diferentes abordagens da produção científica, reconhecendo que a ciência se realiza por diferentes caminhos do ponto de vista histórico, epistemológico e metodológico.

De acordo com Pontuschka (2009), a pesquisa no âmbito da ciência pode revelar-se um procedimento que busca desenvolver competências relativas à:

- a) Análise crítica das metodologias de ensino produzidas e das que estão em uso;
- b) Identificação de metodologias de ensino de caráter tradicional e inovadoras;
- c) Identificação e utilização das diferentes linguagens próprias a seu ensino;
- d) Capacidade de inferir das diferentes propostas e parâmetros curriculares suas filiações filosóficas e teórico-metodológicas;
- e) Capacidade de realizar opções conscientes diante das diferentes metodologias e propostas curriculares de ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, é oportuno que os alunos, futuros professores, aprendam a elaborar projetos, uma vez que se trata do primeiro passo para a realização de uma pesquisa. Não se faz pesquisa sem antes planejar as ações que deverão norteá-la. E para que os alunos exercitem a capacidade de elaborar e executar projetos, é indispensável que o professor domine as etapas desse processo, assumindo nele uma atitude de facilitador e orientador e mostrando-se apto a avaliar o desempenho de seus alunos.

Quanto à avaliação, é necessário assinalar que diferentes metodologias de ensino implicam diferentes abordagens avaliativas, ou seja, a avaliação deve estar em consonância com os procedimentos metodológicos. Assim, ao avaliar o aluno pelo trabalho com processos investigativos, é importante valorizar a criatividade, a habilidade em formular problemas e lidar com temas de estudo e, sobretudo, a capacidade de análise e elaboração pessoal de textos e documentos, além do levantamento e tratamento de dados de informações.

Esse tipo de avaliação se destaca principalmente entre os professores universitários, que devem ser os primeiros a ensinar seus alunos a pesquisarem. O professor de ensino superior deve superar as dificuldades encontradas em seu grupo de alunos, que como dito anteriormente, muitas vezes chegam a faculdades despreparadas e inaptas para lerem, interpretar e elaborar textos, e incentivar constantemente a leitura, a escrita e a pesquisa em geral.

A formação dos docentes deve acompanhar as mudanças ocorridas na sociedade. De acordo com Libâneo:

Presentemente, ante novas realidades econômicas e sociais, especialmente os avanços tecnológicos na comunicação e informação, novos sistemas produtivos e novos paradigmas do conhecimento, impõem-se novas exigências no debate sobre a qualidade da educação e, por consequência, sobre a formação de educadores. Não cabe mais uma visão empobrecida dos estudos pedagógicos, restringindo-os aos ingredientes de formação de licenciados. Não se trata de desvalorização da docência, mas de valorização da atividade pedagógica em sentido mais amplo, na qual a docente está incluída. (LIBÂNEO: 2007 p. 40)

Deste modo, as novas exigências consistem em um docente que tenha qualificação profissional específica e tenha como prática não somente a docência, mas também a pesquisa. Isto se torna bastante relevante no ensino superior, pois:

Só recentemente os professores universitários começaram a se conscientizar que a docência, como a pesquisa e o exercício de qualquer profissão exigem capacitação própria e específica. O exercício docente no ensino superior exige competências específicas, que não se restringem a ter um diploma de bacharel, ou mesmo de mestre ou doutor, ou ainda, apenas o exercício de uma profissão. Exige isso tudo, além de outras competências próprias. (MASETTO. 1998.p.11)

A docência no ensino superior requer uma atenção especial às necessidades dos discentes, para nortear a sua “prática” no processo de ensino aprendizagem. Pois, o “papel docente é fundamental e não pode ser descartado como elemento facilitador, orientador, incentivador da aprendizagem”. (MASETTO. 1998. p.12.)

O papel do professor atualmente, não está mais centrado na racionalidade técnica, neste contexto torna-se de suma importância que o professor, seja também um pesquisador. Uma vez que, a prática da pesquisa concede-lhe uma autonomia e criticidade, já que, “amplia sua consciência sobre sua própria prática, a da sala de aula e a da escola como um todo, o que pressupõe os conhecimentos teóricos e críticas sobre a realidade”. (VASCONCELOS: 2005. p. 63). Deste modo, o professor torna-se um importante protagonista na transformação da qualidade social dos estabelecimentos de ensino.

(...) os professores colaboram para transformar a gestão, os currículos, a organização, os projetos educacionais e as formas de trabalho pedagógico das escolas. Assim, reformas produzidas nas instituições sem tomar os professores como parcerias/autores não transforma a qualidade social da escola. (VASCONCELOS: 2005).

Percebe-se, que, o docente tem uma função social no processo ensino aprendizagem do aluno, para isso este profissional deve desenvolver uma postura intelectual crítica, e

possibilitando, deste modo, aos discentes a chance de tornarem, também, produtores de conhecimento e de assumirem uma postura crítica.

Ao adotar esta postura o docente contribui para a ruptura de antigos paradigmas vigente no sistema educacional. Pois, rompe com o tradicionalismo que impera em várias instituições de ensino superior e propõe uma prática docente crítica, autônoma e mais democrática.

A citação abaixo demonstra uma prática tradicional nas instituições de ensino superior, pois:

Na maioria das instituições de ensino superior, incluindo as universidades, embora seus professores possuam experiência significativa e mesmo anos de estudo em suas áreas específicas, predomina o despreparo e até um desconhecimento científico do que seja um processo de ensino e de aprendizagem, pelo qual passam a ser responsáveis a partir do instante em que ingressam na sala de aula. Geralmente os professores ingressam em departamentos que atuam em cursos aprovados, em que já estão estabelecidas as disciplinas que ministrarão. Ai recebem ementas prontas, planejam individual e solitariamente, e é nesta condição individual e solitariamente que devem se responsabilizar pela docência exercida. (PIMENTA. 2008. p.37)

Nota-se que as atitudes acima citadas contribuem para o “castramento” da autonomia e criatividade dos docentes, visto que, ocorre uma imposição dos departamentos de ensino, pois não priorizam uma participação democrática e coletiva e isso acaba refletindo negativamente no processo de ensino aprendizagem desenvolvida nas universidades.

Soma-se a isto o grande número de profissionais desqualificados, sem uma formação específica na área de licenciatura. Conseqüentemente, não apresentam uma didática no exercício da docência. Não há intenção de generalização, mas, observa-se, isso, principalmente em profissionais com formação em outras áreas, como por exemplo, advogados, médicos, engenheiros, químicos, dentre outras, que exercem a docência simultaneamente a sua atividades como profissionais autônomos.

Agrava-se a situação quando o professor não tem nenhuma formação pedagógica. Sua ação docente, normalmente, reflete e reproduz a proposta dos professores que atuaram em sua formação. Em alguns casos, superara as dificuldades e tornam-se autodidatas em virtudes do interesse e do entusiasmo que os envolve na docência. (BEHRENS: 2005. p.58)

Destaca-se que a formação dos docentes torna-se imprescindível para um ensino de qualidade, pois, “o grau de qualificação é um fator chave no fomento da qualidade em qualquer profissão, especialmente na educação, que experimenta constante mudança.” (PIMENTA. 2008. p.42). Torna-se importante que os docentes desenvolvam, também, uma identidade profissional, pois:

A construção da identidade com base numa profissão inicia-se no processo de efetivar a formação na área. Assim, os anos passados na universidade já funcionam como preparação e iniciação ao processo identitário e de profissionalização dos profissionais das diferentes áreas. Quando passam a atuar como professores no ensino superior, no entanto, fazem-no sem qualquer processo formativo e mesmo sem que tenham escolhido ser professor. (PIMENTA. 2008. p.132)

O desenvolvimento de uma identidade profissional corrobora para o profissionalismo dos docentes.

A docência no ensino superior exige não apenas domínio de conhecimentos a serem transmitidos por um professor como também um profissionalismo semelhante aquele exigido para o exercício de qualquer profissão. A docência nas universidades e faculdades isoladas precisa ser encarada de forma profissional, e não amadoristicamente. (MASSETTO: p.13)

A especialização efetiva do docente torna-se uma necessidade constante, pois, “exige-se de quem pretende lecionar que seus conhecimentos e práticas profissionais sejam atualizados constantemente por participações em cursos de aperfeiçoamentos, especializações, congressos e etc.” (MASETTO. p. 19).

A “reciclagem” constante do docente é importante para tentar sanar a carência do professor na área pedagógica. Uma vez que, o domínio de didática é importante para o dia a dia na sala de aula e torna-se um facilitador no processo de ensino aprendizagem. “A docência no nível superior exige do professor domínio na área pedagógica. Em geral, esse é o ponto mais carente de nossos professores universitários, quando vamos falar em profissionalismo na docência.” (MASETTO. p. 19).

Sem reduzir o mérito dessa grande massa de professores que estão envolvidos em sala de aula e pesquisa nas universidades, um ponto de reflexão a ser discutido seria como esse professor seleciona conteúdos a serem trabalhados com os alunos e a significação desses referenciais na formação dos acadêmicos. (BEHRENS: 2005. p.58)

Está em jogo a motivação e as estruturas cognitivas do aprendiz, a natureza da tarefa a realizar, o contexto da comunicação. É, também, aqui que sobressaem a pessoa do professor, com os meios e as estratégias de que se serve para disponibilizar os saberes, e a do aluno com aquilo que faz para se apropriar do que é proposto. (BEHRENS 2005. p. 42)

Assim, o que sugerimos aqui é que o docente assumira postura constante de reflexão sobre a sua prática em sala de aula. Pois, o professor “precisa ser crítico, reflexivo, pesquisador, criativo, inovador, questionador, articulador, interdisciplinar e saber praticar efetivamente as teorias que propõe a seus alunos. (BEHRENS:2005.p.66)

A prática metodológica também deve ser repensada e aperfeiçoada de modo que possa acompanhar as transformações ocorridas na sociedade e que possa adequar a sua prática para atender essas demandas do ensino superior.

A metodologia, a opção metodológica, precisa vir assentada em novos pressupostos, que nesse momento histórico, parecem indicar forte tendência para uma abordagem progressista (com relações dialógicas, trabalho coletivo, discussões críticas e reflexivas) aliada ao ensino com pesquisa (visando à investigação para produção de conhecimento), que contemple uma visão holística (resgate o ser humano como um todo, considere o homem em suas inteligências múltiplas, leve à formação de um profissional humano, ético e competente), alicerçada numa tecnologia inovadora (com utilização de recursos informatizados e bibliográficos inovadores) (BEHRENS: 2005 p. 67)

O docente deve-se, ainda, calcar-se na dialética para propor a construção do conhecimento de forma autônoma e democrática, contribuindo assim, para uma prática docente de qualidade no ensino superior.

A docência no ensino superior, atualmente - com o alto índice de alunos que entram paras faculdades despreparados - enfrenta desafios que vão desde levar o aluno a compreender e utilizar adequadamente a língua pátria, no nosso caso, o português, até ensinar o aluno a ser um constante pesquisador, na sua área de atuação. O professor como incentivador da pesquisa, deve nortear os alunos, que estão iniciando nesse caminho, e não se deve se tornar pesquisador somente ao final do curso, para realizar um TCC, uma monografia, enfim, a pesquisa deve ser uma atividade constante no ensino superior.

Principalmente nos cursos de licenciatura, que aqui é nosso foco, os futuros professores do ensino básico, devem aprender com seus professores universitários a fazerem projetos, pesquisas, dissertações, análises de informações, enfim, o futuro professor deve ser formado profissionalmente para atuar ensinando e incentivando as crianças e os jovens a desenvolverem pesquisas e trabalhos científicos, assim a educação terá avanços significativos, pois o que não se pode mais admitir na era da informação e da tecnologia, é que os estudantes sejam obrigados a decorarem matérias muitas vezes sem significado e sem utilidade prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa bibliográfica realizada apresentou informações que confirmaram as hipóteses que nortearam o início do trabalho monográfico, isto é, a atual formação docente no ensino superior é insuficiente para formar um professor que irá atuar de forma satisfatória na educação básica. Durante os cursos de licenciatura, principalmente, futuros professores estudam os conteúdos específicos de suas disciplinas e as teorias psico-pedagógicas, contudo na prática, muitos professores não conseguem desenvolver um bom trabalho, reproduzem com seus alunos a forma com a qual estudaram, isto é, aulas tradicionais, com textos, resolução de exercícios, memorização, provas decorativas, explicações pouco atraentes, e conseqüentemente trabalham com alunos desmotivados.

O ideal seria que na graduação o futuro professor aprendesse os conteúdos de forma dinâmica, com materiais diversificados, com incentivo à desenvolverem projetos e pesquisas, com dinâmicas de grupo, com pesquisa em campo, enfim, com processos didáticos e educacionais que valorizassem a busca pelo aprender de forma ativa e criativa, porém não é isso que acontece na maioria das faculdades. Assim, muitas vezes o professor não realiza um trabalho dinâmico porque não aprendeu, e geralmente o ser humano tende a reproduzir o que vivenciou durante a vida acadêmica.

Foi possível verificar com a pesquisa, que a educação é algo muito complexo e abrangente, logo, cabe ao educador não somente transmitir conhecimentos prontos e acabados, mas sim ensinar os seus alunos a serem pesquisadores e também ensinar atitudes que irão transformar o aluno em um cidadão consciente dos seus direitos e deveres.

Constatou-se também durante a pesquisa, que a rápida expansão do ensino superior, que deveria ser algo muito benéfico para população, na realidade tem se mostrado como um problema, tendo em vista que muitas faculdades particulares estão interessadas primordialmente no lucro financeiro e não em oferecer uma formação de qualidade para seus estudantes. Assim, a crescente oferta por vagas no ensino superior traz quantidade de instituições para os futuros universitários fazerem suas opções, contudo não oferecem qualidade de ensino, o que deveria ser o mais importante. Com isso, no caso dos cursos de licenciatura, que são os mais oferecidos, houve uma queda ainda maior no processo de ensino e de aprendizagem, com professores muitas vezes desqualificados, com a carga horária reduzida, e com outros problemas pedagógicos e administrativos. Contudo, muitos alunos buscam esses cursos apenas para terem um diploma de nível superior, mas acabam indo para

as salas de aulas, dando continuidade ao precário ensino das escolas de nível fundamental e médio.

Atualmente, no ensino superior, devido a organização de todo ciclo educacional que abrange a educação infantil, o ensino fundamental e médio, os professores universitários também acabam enfrentando problemas que dificultam o desenvolvimento satisfatório do seu trabalho, pois não são poucos os alunos que ingressam nas faculdades com problemas graves referentes à leitura, interpretação e elaboração de textos, ou seja, situações que deveriam ser aprendidas na educação básica, e não no ensino superior, mas que por razões diversas, esses alunos ingressam nas faculdades sem o mínimo de pré-requisito para aquisição de novos conhecimentos.

Como descrito na pesquisa, os problemas que agravam a situação do ensino superior são diversos, como falta de investimento do Estado nas instituições públicas da educação básica e superior, jogos de interesses políticos e econômicos, despreparo dos professores, falta de incentivo a pesquisa, alunos que são aprovados nos vestibulares sem conhecimentos, mas sim por interesse financeiro das instituições particulares, e por sinal esses alunos não tiveram uma educação básica de qualidade nas escolas públicas, enfim, são inúmeros os problemas que dificultam o desenvolvimento qualitativo da educação superior, e cabe aos docentes, de forma geral, buscarem uma formação que lhe permita atuar com competência em qualquer nível de ensino em que atue, pois ser educador envolve questões muito além de cumprir uma carga horária e transmitir um conteúdo, ser educador é transformar a sociedade e educar para vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. 2º Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. 6ª Ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF:

MEC: UNESCO, 2001, “Relatório par UNESCO da Comissão Internacional Sobre Educação para o Século XXI”.

DEMO, Pedro. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000 – (Guia da Escola Cidadã; v.6).

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 27ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

LIBÂNIO, José Carlos. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LUDKE, Menga (Coord.). **O professor e a pesquisa**. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica).

PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil: Gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2002

PIMENTA,S.G.; LIMA, M.S.L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2004. (Docência em Formação).

PONTUSCHKA, Nidia Nacib. **Para ensinar e aprender Geografia** 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental).

TAVARES, Wolmer Ricardo. **Docência: um momento reflexivo**. São Paulo: Ícone, 2007. (Coleção conhecimento e vida / coordenação Diamantino Fernandes Trindade).